

RELATO DE EXPERIÊNCIA

EUCALIPTO, O (DESERTO) VERDE MALDITO: ATOS DE UMA DISPUTA... COM MUITOS PERDEDORES!

DANIEL PICCOLI, COMPANHEIROS E ENCURRELADOS *

1º ATO: UM GRITO DE ALERTA NO SUDOESTE DA BAHIA

“Estamos sendo cercados pelo eucalipto!”. O alerta foi dado em 2002, por Manoel do Mocó, pequeno agricultor ligado ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da comunidade de Mocó, município de Encruzilhada. Manoel mora na margem direita da Rio-Bahia (BR-116), a vinte quilômetros de Cândido Sales, já perto da divisa com Minas Gerais. Trabalha num pedaço de terra de vinte hectares, herdado do pai: planta feijão de corda e milho na baixada e mandioca e abacaxi no alto, bem perto da casa. Estivemos lá em outubro passado com Adenilson, Dena e Ilza, num dia de sol quente e seca *braba*. Encontramos Manoel descansando na varanda de cimento à vassoura, o lugar mais fresco da casa. Foi aquela alegria receber a gente no seu “ranchinho”.

Manoel é animado, conversador que só, olhar profundo, observador. Sentado na calçada da casa, na sombra da tarde, nos mostra o estrago ao redor. “*A firma já comprou tudo!*”, diz, pontando com o dedo na direção de uma vasta área desmatada onde um trator de esteira e uma niveladora estão encoivando o que restou do mato, depois do “correntão”. No fundo, mais longe, o fogo já completou o serviço. “*São mais de cem alqueires só nesta roçona*”, conta Manoel: “*Vão comprar tudo por aqui. Até meu irmão, que mora em São Paulo, já mandou vender a parte dele. Ofereceram 20 mil o alqueire. Fui procurado também; respondi que não vendo, de jeito nenhum! Os vizinhos meus, a maioria foi tudo embora para Cândido Sales; estamos cercados neste corredor aqui!*”.

Fomos ver mais de perto. Manoel apresenta sua roça de mandioca, a terra preparada para o plantio de feijão e milho, na baixada, assim que chegar a trovoadas. O costume da região é plantar no pó mesmo e botar fé: “*Outro dia, passava aqui com o meu menino quando topamos com um tatu; mais adiante, outro. Nunca vi tanto bicho aqui dentro como agora! Estão fugindo pra cá, neste resto de mato que sobrou, tangidos pelo fogo e pelas máquinas!*”. Chegamos a uma porteira trancada com cadeado; a chave está no pé do mourão. Manoel abre, entramos. É uma roça enorme, plana, do jeito que o eucalipto gosta: toco, raiz e mato rasteiro, não sobrou nada. O sol quente da tarde e a poeira dão um ar mesmo de deserto! Observo o terreno de perto: nem uma formiga, nada: “*É assim mesmo; a terra fica nua, limpinha, limpinha!*”, lamenta Manoel.

Vamos mais adiante. Subimos num monte de terra que serve de rampa para descarregar o trator de esteira do caminhão. De lá, dá para ver bem outras roças já plantadas. “*Aquele verde lá já é ele!*”, diz Manoel. É um plantio novo

de eucalipto de não mais que seis meses; ao lado, um plantio mais velho, de um ano, mais ou menos, já chega à altura de uma pessoa. É o único verde que a gente enxerga nesta tarde quente e ensolarada. O resto é Caatinga mesmo, cinza e avermelhada.

De volta à calçada da casa de Manoel, sentados à sombra, tomamos a água doce de cacimba servida por dona Maria e conversamos sobre a região e o futuro. Manoel está firme, não quer sair pra lugar nenhum. Mas conseguirá resistir até quando? E vale a pena resistir?, me pergunto. Voltamos pela mesma estrada da Grafite, passando por Divisópolis (MG); do Mocó, até sair no Entroncamento, já perto de Vila Bahia e do acampamento Lindaura, são mais de doze léguas de Chapada, entre Bahia e Minas; poeira, cascalho e terra vermelha; poucas propriedades, poucos moradores. Muita terra abandonada, subutilizada, vazia; tudo plano. *“Um prato cheio para o eucalipto!”*, comenta Adenilson que, até o momento, tinha ficado calado, só olhando o mato e as poucas árvores ao lado da estrada. A vegetação da região mais se parece com a Caatinga mesmo, igual ao Sertão; porém, vai mudando aos poucos, tornando-se mais alta e fechada na medida que a gente se aproxima de Divisópolis e Mata Verde (MG), região de mata úmida, quase Mata Atlântica. Esta faixa de transição tem muita semelhança com a “mata de cipó” típica da Chapada do Planalto Conquistense. Nossa viagem chega ao fim: foi para ver de perto o que está acontecendo. Fomos verificar o avanço do eucalipto e pensar o que fazer.

++Aliás, esta é a questão: o que fazer? Foi a pergunta que a gente se fez também no *Seminário sobre Eucalipto*, realizado em março de 2005, em Vitória da Conquista (BA), com a presença de diversos movimentos da Região Sudoeste ligados à Via Campesina e outros movimentos e entidades. Participaram MST, MPA, MAB, Movimento de Mulheres Camponesas/MMC, CPT, estudantes ligados à FEAB, MTD, alguns STR's da região, ASA, Cáritas, CEAS e, também, Derli Casali do Norte do Espírito Santo e ligado à “Rede Alerta Contra o Deserto Verde”. Derli assessorou o nosso seminário; trouxe dados relativos ao avanço do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia; falou sobre os efeitos do plantio e sobre as lutas e a resistência dos “atingidos” por essa monocultura no Espírito Santo e Extremo Sul. O Seminário foi mais um grito, uma alerta. Os movimentos e as entidades se comprometeram com ações mais imediatas, de curto prazo, como: criar bancos de semente; criar viveiros de mudas de plantas nativas da região; discutir nos assentamentos e nos grupos, com os agricultores, os efeitos do eucalipto e, também, alternativas; buscar mais informações e repassar as que Derli e outros trouxeram; realizar trabalho de base e, se for o caso, proibir ou até destruir plantios de eucalipto; intensificar a militância e o trabalho de formação sobre o “plano camponês”, discutindo o modelo de agricultura defendido pelos movimentos ligados à Via Campesina; realizar visitas a regiões onde já existe a monocultura do eucalipto há mais tempo (Extremo Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo e Minas Gerais) com a possibilidade de levar um grupo de agricultores para conhecer de perto a realidade, as formas de luta e de resistências e as alternativas encontradas. Quanto às estratégias de médio e longo prazo, foi consenso entre os movimentos que a principal arma para enfrentar o avanço predatório do eucalipto continua sendo a **luta pela**

terra, que se desdobra na **luta contra o latifúndio**, seja produtivo - mas que não cumpre sua função social, agride o meio ambiente e utiliza mão-de-obra escrava – seja improdutivo - este, sim, presa fácil do eucalipto - , e **na luta contra a monocultura em si e contra o agro-negócio**, por entenderem que a monocultura e o agro-negócio são a negação do campesinato, não somente no Brasil, mas no mundo todo.

2º ATO: WORKSHOP AGRONEGÓCIO FLORESTAL: PLANTANDO SOLUÇÕES. IIº SIMPÓSIO SOBRE REFLORESTAMENTO NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA.

De 29 a 30 de agosto de 2005, no teatro Glauber Rocha em Vitória da Conquista, a EMBRAPA-Florestas, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, a Faculdade do Nordeste/FAINOR, a Faculdade de Tecnologias e Ciências/FTC e a Fapesb, em parceria com algumas Secretarias do Governo da Bahia e com o patrocínio de firmas do setor agropecuário e do agro-negócio florestal, promoveram o *IIº Simpósio sobre Reflorestamento na Região Sudoeste da Bahia*. O evento reuniu professores universitários, pesquisadores, engenheiros florestais e agrônomos, médios e grandes produtores rurais, estudantes, secretários de agricultura e prefeitos de toda a região, com o objetivo de discutir "mais uma alternativa econômica, social e ambiental que, somada àquelas já existentes, contribuirá para o crescimento e desenvolvimento regional em padrões mais sustentáveis".

A Região Sudoeste da Bahia, disseram os organizadores, teria sido escolhida para sediar o evento, por apresentar, ainda, importantes formações florestais, tais como: mata úmida com características de mata atlântica, mata de cipó e Caatinga. No entanto, segundo os expositores, o mau uso desses recursos florestais tem contribuído para a intensificação do processo de desmatamento e empobrecimento da maioria dos solos dessa região. Todo este processo de degradação tem provocado, sobretudo nos últimos 35 anos, o êxodo rural e a miséria que continua marcando as populações rurais desta região. Todavia, em momento algum foram apresentados os efeitos devastadores provocados pela implantação do pólo cafeeiro ou pelo desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte, tanto nas regiões mais úmidas (mata atlântica), como nas regiões de transição (mata de cipó).

No dizer dos promotores do evento, a atividade de reflorestamento auto-sustentável será "uma das poucas opções de fato viável, que possibilitará à região, novas oportunidades de negócios na área florestal. Os benefícios ambientais também serão percebidos após a implementação dessas atividades, como o controle da erosão do solo e a recuperação de sua capacidade produtiva".

No simpósio, foram apresentadas muitas informações sobre o eucalipto. Originário da Austrália e de outras ilhas da Oceania, o eucalipto foi trazido para Brasil na segunda metade do século 19 para produzir os dormentes utilizados nas primeiras linhas férreas. Somente no final dos anos 70 é que o plantio do eucalipto tem um incremento considerável com o crescimento da demanda de carvão para as grandes indústrias siderúrgicas e, posteriormente, para a

produção de papel e celulose. Em 2004 o Brasil já ocupava o 7º lugar no ranking mundial dos países plantadores de eucalipto, com 5.449.000 hectares de “florestas plantadas”, segundo dados da FAO (Forestry Department MAFMZ-2004). Naquele mesmo ano, o Brasil exportou um total de 5,8 bilhões de USD em madeira processada mecanicamente, atingindo o 8º lugar no ranking dos países exportadores.

Nos últimos anos, os dados relativos à importância econômica do agro-negócio florestal brasileiro vêm aumentando cada vez mais e impressionam. Em 2004, o setor alcançou um faturamento de 17,5 bilhões de dólares e contribuiu com 5 bilhões, de dólares, para o superávit primário da nossa balança comercial; recolheu 3,8 bilhões de dólares de impostos e gerou – ou teria gerado, segundo os expositores - 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos, sem contar, sempre segundo os defensores desta monocultura, os 100.000 quilômetros de estradas vicinais preservadas e, vejam só, 1,8 milhões de hectares de áreas de “preservação florestal”. Atualmente, o país possui a maior área plantada de eucaliptos do mundo e, de acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Brasil é o maior produtor mundial de celulose (cerca de 6,3 milhões de toneladas por ano).

Na Bahia, o plantio vem aumentando a cada ano, desde as regiões Extremo Sul, Sul e Litoral Norte, até o Oeste e, por último, também o Sudoeste. O estado, atualmente, ocupa o 4º lugar na exportação de papel (5,4% do total) e de celulose (12,4% do total), atrás apenas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Quanto à área plantada, Minas Gerais continua em 1º lugar, seguido de São Paulo, Paraná e Bahia. Em matéria de investimentos industriais previstos para o período de 2003-2007, na Bahia o complexo madeireiro ocupa, disparado, o primeiro lugar com 5,1 bilhões de R\$.

É por conta dessa realidade que técnicos e pesquisadores, defensores da agricultura capitalista, consideram o “agro-negócio florestal” como um dos principais fatores de desenvolvimento rural responsável, no dizer deles, por diversificar a produção, integrar o pequeno e médio agricultor a uma das maiores cadeias produtivas e, principalmente, gerar renda. “Quem planta eucalipto, é como se estivesse abrindo uma caderneta de poupança”, dizia o agente financeiro do BNB a uma platéia atenta de mais de cem pequenos e médios agricultores do município de Encruzilhada, numa reunião promovida para estimular o plantio de eucalipto naquele município alguns meses atrás. Um excelente negócio, com linhas de financiamento disponíveis nos bancos oficiais e de fácil acesso, a julgar pela rapidez com que um médio produtor do município de Ribeirão do Largo conseguiu aprovar seu projeto de investimento: “Em quinze dias, o dinheiro já estava na conta!”, me dizia feliz, ao contrário do PRONAF que costuma demorar anos até ser liberado.

Um (agro)negócio que começa a ser aquecido também no Sudoeste pelas tendências de mercado globalizado, extremamente favoráveis ao aumento de plantios florestais, em substituição ao uso de florestas nativas; um negócio que busca favorecer ou, melhor dizendo, “cooptar” a inserção do pequeno e médio produtor num mercado em forte ascensão. Segundo F. Castanheira, a renda por corte atinge, em valores atuais (dados relativo a 2005), 5.250,00 R\$ por

hectare em 7 anos, tempo médio necessário para o 1º corte. Considerando-se a média de três cortes, o total será de 15.750,00R\$ por hectare em 21 anos, com baixo custo e lucro garantido. Com as variedades “clonadas”, a produtividade por hectare aumenta em até 30% e o tempo do corte se reduz para 5/6 anos.

Além do retorno econômico, os defensores do agro-negócio florestal apontam, também, vantagens para o meio-ambiente. Até os argumentos da “preservação” ambiental e do “reflorestamento” estão sendo utilizados para justificar esse tipo de monocultura, como mostra a exposição do Prof. F. Castanheira que defende o plantio de eucalipto como benéfico para áreas abandonadas, degradadas e sub-utilizadas, proteção de nascente e cursos de água, proteção e recuperação do solo, atração á biodiversidade e, também, como possibilidade de obter “créditos de carbono”. Esta compreensão está amparada pela atual legislação ambiental, conforme a Instrução Normativa IN 08/2004 do MMA:

Art 1º: “O plantio e condução de espécies florestais, nativas ou exóticas, com a finalidade de produção e corte, em áreas de cultivo agrícola e pecuária, alteradas, sub-utilizadas ou abandonadas, localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, são isentas de apresentação de projeto e de vistoria técnica”.

3º ATO: OS (DOIS) LADOS DA MOEDA

A posição dos movimentos populares já estava definida bem antes da ação das mulheres da Via Campesina contra o laboratório da ARACRUZ Celulose, realizada em Porto Alegre no dia 8 de março e que provocou reações indignadas de um lado e aplausos do outro. Segundo os representantes dos movimentos populares ligados a Via Campesina, no lugar de gerar emprego, o plantio de eucalipto tem contribuído para aumentar o êxodo rural e expulsar muita gente do campo. O próprio IBGE comprova isso nos municípios onde foi implantada esta monocultura; basta consultar os dados relativos à diminuição da população rural de municípios como Eunápolis, Belmonte, Rio Pardo de Minas etc.

Este processo torna-se mais violento com o aumento progressivo da mecanização desta monocultura e a chegada do eucalipto “clonado”. Enquanto que, trinta anos atrás, havia um relativo emprego de mão-de-obra no preparo do solo, plantio, poda, limpa, corte e transporte da madeira, hoje, tanto o plantio como o corte já são totalmente mecanizados. No caso do corte, a novidade é um robô que abate, descasca e corta uma árvore em poucos segundos. A maioria dos empregos gerados pela indústria de celulose é de trabalhadores altamente especializados, sobretudo nos países do Norte, onde se produzem os equipamentos sofisticados que são exportados para produzirmos a celulose.

Outro grave problema, provocado pela monocultura do eucalipto, é a ocupação de terras antes habitadas por populações camponesas tradicionais, indígenas e quilombolas. Com o avanço do eucalipto, as populações originárias são expulsas de seus territórios. Uma grande quantidade de territórios ocupados por populações indígenas e quilombolas foi desapropriada ilegalmente na época da ditadura militar, para dar lugar às plantações de eucalipto. Isso, aconteceu principalmente no Norte do Espírito Santo, no Extremo Sul da Bahia e no Cerrado em geral (Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Bahia). O impacto social tem sido violento, com gravíssimas implicações e prejuízos para os conhecimentos tradicionais e o saber passado de geração em geração, quer seja em relação às sementes, quer seja em relação à prática extrativista ou à própria prática agrícola camponesa, como é o caso da comunidade de Vereda Funda, no município de Rio Pardo de Minas (MG), que tivemos oportunidade de visitar.

Até a reforma agrária, em algumas regiões, não tem avançado como deveria, em grande medida justamente porque as monoculturas, como é o caso do eucalipto, têm ocupando solos que poderiam ser desapropriados. Esta denúncia vem dos movimentos como MST, MPA, e da "Rede Alerta contra o Deserto Verde" que têm promovido um amplo debate com a sociedade, intensificando ações contra o plantio de eucalipto e têm buscado alternativas, promovendo práticas agro-ecológicas e reflorestamento com matas nativas, para garantir a biodiversidade, em detrimento das monoculturas. Neste sentido, a perspectiva dos movimentos tem ido além da dimensão ambiental, promovendo a valorização de conhecimentos e práticas tradicionais e garantindo os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de todas as populações camponesas tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, geraizeiras etc.). Nesse embate, os próprios trabalhadores rurais têm classificado as florestas de eucalipto como "deserto verde", numa clara referência à diminuição dos recursos hídricos, à desertificação do solo e à eliminação da biodiversidade existente.

Tirar +Do outro lado, pesquisadores, cientistas, gestores e, principalmente, as multinacionais do setor. Até membros do próprio Ministério do Meio Ambiente, da líder sindical e ambientalista Marina Silva, consideram que é possível implementar a cultura de eucalipto de forma sustentável, podendo trazer benefícios para áreas devastadas. É o que tem afirmado, por exemplo, o Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que esteve no 4º Encontro dos Povos do Cerrado, realizado entre os dias 14 a 18 de setembro de 2005 em Montes Claros (MG): "Qualquer monocultura é danosa, seja de eucalipto, seja de uma espécie nativa. Mas, não há, em princípio, nenhum problema em se ter o uso do eucalipto em determinadas regiões da Amazônia que já foram degradadas no passado. Ela pode, ao contrário, trazer benefícios". Segundo Capobianco, a imagem negativa que se criou do eucalipto é consequência de projetos do passado quando, com os incentivos fiscais do governo federal, houve um estímulo ao plantio do eucalipto em grande escala, sem planejamento e sem cuidados ambientais, o que levou à destruição de extensas áreas de Mata Atlântica e de Cerrado. Capobianco vê a possibilidade de tornar a

plantação de eucalipto uma alternativa viável ambiental, econômica e socialmente.

Uma outra linha de reflexão e pesquisa é representada por engenheiros e pesquisadores da EMBRAPA que sugerem a combinação de espécies arbóreas lenhosas, tanto frutíferas como madeiras, com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal. Trata-se dos Sistemas Agro-Florestais (SAFs) que interagem econômica e ecologicamente e que vêm sendo divulgados como uma alternativa para a monocultura, principalmente em áreas degradadas. Os SAFs, dizem os pesquisadores, contribuem para acumular e recuperar quantidades perdidas de carbono durante a derruba e a queima de florestas primárias. Estes sistemas, podem combinar produtos de mercado com produtos típicos da agricultura tradicional, de subsistência, diminuindo assim os riscos climáticos ou do próprio mercado e garantindo uma melhor subsistência familiar. Os SAF's diminuem o risco e a necessidade de queimadas e a demanda de fertilizantes, em razão da adubação orgânica garantida pela arborização das lavouras; contribuem, também, para reduzir a erosão dos solos, por meio da cobertura florestal, e para melhorar o manejo da água. Todavia, os próprios autores alertam contra o perigo de tornar os SAF's uma panacéia para a solução de todos os problemas ecológicos ou ambientais.

A pressão maior, todavia, vem das grandes multinacionais do setor de papel e celulose, e das empresas nacionais ligadas ao agro-negócio florestal. Estão em jogo bilhões de dólares de investimentos. A principal interessada é a **Aracruz Celulose S.A.**, atualmente a maior produtora de celulose branqueada do mundo, com 2,7 milhões de toneladas de celulose produzida em 2004, sendo que 97% foi exportada. Controlada pelos grupos Lorentzen (da família real norueguesa), Safra e Votorantin, cada um possuindo 28% do capital votante, a empresa se instalou no Espírito Santo há 35 anos e hoje responde por 31% da oferta do produto em todo o planeta; possui 252 + hectares de eucalipto nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Bahia onde, além de celulose, produz madeira serrada em associação com a multinacional Weyerhaeuser. A Aracruz só utiliza eucalipto para sua linha de produção e suas dívidas, em setembro de 2005, somavam R\$ 3.989,9 bilhões, sendo R\$ 3.037 bilhões (77%) em moeda estrangeira e R\$ 904 milhões (27%) em moeda nacional, oriundos de um empréstimo do BNDES+.

A **Veracel Celulose S/A**, instalada em Eunápolis, é um empreendimento de US\$ 1,25 bilhão e representa a maior e mais avançada fábrica de celulose em linha única do mundo, capaz de produzir 900 mil toneladas de celulose branquiada de eucalipto. Controlada por duas grandes empresas de porte internacional, a brasileira Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso, a área total da Veracel é de 147 mil hectares de eucalipto, no Extremo Sul do Estado da Bahia. O escoamento da produção por navios transoceânicos se dá através do Terminal Marítimo de Belmonte, que entrou em operação em 2002.

Outra gigante do setor é a **Votorantim Celulose e Papel – VCP**, com 12,4% de participação acionária na Aracruz e 23% na Ripasa S.A. Celulose e Papel. O plano estratégico da VCP prevê fortes investimentos na área florestal no Rio

Grande do Sul; seu investimento é da ordem de 1,3 bilhões de dólares, com uma capacidade estimada de produzir um milhão de toneladas de celulose por ano, destinadas à exportação, pelo porto de Rio Grande, para a Europa, Ásia e Estados Unidos.

O debate está aberto, tanto no campo técnico ou científico, como no campo político ou ideológico. Aliás, não há como fugir do debate ideológico, uma vez que o agro-negócio seria uma construção “ideológica” da própria agricultura capitalista, como afirma Mançano. O objetivo é “modernizar” a imagem da agricultura capitalista, na tentativa de ocultar seu caráter “concentrador predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta”.

Assim sendo, agro-negócio – florestal ou não – e agricultura camponesa não há como coexistirem, pois um, o agro-negócio, é a morte do outro. Por outro lado, a intensificação do agro-negócio tem provocado também a intensificação da resistência camponesa, num fenômeno que já analisamos em outro artigo. O mesmo vale também para a reforma agrária. “Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agro-negócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista. Por essa razão, as ocupações de terra são um afronta ao agro-negócio, porque essa prática secular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas.

Esse conflito é antigo e, com maior ou menor intensidade, tem estado presente em todas as nossas atividades de assessoria do CEAS no meio rural, desde a greve do café, em Vitória da Conquista (1979), como também nas greves dos canavieiros em Pernambuco e Alagoas ou nos conflitos pela terra, na região cacaueteira do Sul da Bahia, na década de 1980. Ultimamente, na agricultura irrigada do Médio São Francisco, nas ocupações de terra acompanhadas pela Equipe, no surgimento do MPA e, agora, na luta contra o eucalipto que se intensifica na região Sudoeste da Bahia. É o mesmo processo de exploração, dominação e destruição do campesinato analisado por Mançano e vivenciado, na carne, por pequenos agricultores e camponeses, acampados e assentados de Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Cândido Sales, Vitória da Conquista, Belo Campo, Tremedal e tantos outros municípios, nesta região do Sudoeste da Bahia que faz divisa com Minas Gerais.

Os Movimentos, ligados à Via Campesina, manifestam sua preocupação, pois há indícios concretos que o “complexo soja” estaria entrando em crise, enquanto que celulose, papel e aço estão em alta. Por isso, o agro-negócio já estaria procurando as alternativas. Com relação à região Sudoeste, o plantio de eucalipto é para fornecer carvão e lenha estéril para abastecer o mercado local (madeira em geral; lenha e carvão para fomalhas, olarias, padarias e pizzarias etc.) e, principalmente, as grandes siderúrgicas mineiras produtoras de aço e ferro gusa, uma vez que os contratos de arrendamento em Minas já

estão findando. É também importante considerar que as atenções internacionais, depois da Amazônia e da Floresta Atlântica, estão, agora, se voltando para o Cerrado, além da nova tendência internacional de buscar, depois do “desenvolvimento sustentável, um “desenvolvimento limpo” que garanta nosso acesso aos tão cobiçados “créditos de carbono”.

É desse jeito que as “reflorestadoras” estão entrando em terras baianas, passando do Alto para o Médio Rio Pardo e encontrando, por aqui, fácil acesso, terras baratas e fraca resistência. Estamos assistindo a mais um ato deste processo brutal e predatório que dura séculos e que, agora, se justifica e se apresenta como a solução para a preservação do Cerrado ou do pouco que resta da mata nativa. Se as atenções internacionais se voltam, agora, para a preservação do Cerrado, quem haverá de se importar com a pobre Caatinga ou o restinho da nossa Mata de Cipó, biomas de transição, pobres, vazios de gente e sem nenhum interesse econômico? Foi isso que aconteceu no início dos anos 80, quando o agro-negócio florestal avançava sobre o Cerrado. É isso que está acontecendo agora. O avanço é violento, rápido. Não há mais tempo a perder! É tempo de agir!

4º ATO: COM A PALAVRA OS “ENCURRALADOS” DE VEREDA FUNDA

Estivemos na Comunidade de Vereda Funda, nos dias 20 e 21 de março. Tinha representantes do MST, do MPA, da CPT, da ASA, do CETA, STR de Encruzilhada, Cooperativa, ONG “Mata de Cipó”, da Rede Alerta; lideranças, engenheiros agrônomos, militantes, trabalhadores acampados e assentados de toda a Região Sudoeste. Esta viagem já estava programada desde o ano passado, como resultado do Seminário sobre eucalipto da Via Campesina. Passamos dois dias com eles; um “trem bom danado, sô!”. Caminhamos com eles pelos grotões e nas Chapadas; vimos, ouvimos, fotografamos, gravamos, filmamos. Percorremos o que eles chamam de “nosso território” e que, de forma muito simbólica mas histórica, real, um grupo de doze motoqueiros percorreu para “demarcar”. Vimos os estragos provocados por trinta anos de eucalipto, a imensidão dos novos plantios clonados, o que sobrou dos 64 fornos derrubados pela “ventania” e o acampamento da Via Campesina, com a bandeira verde em pedaços lá, em cima do mastro. Fomos conhecer de perto a roça de Ercílio, sua riquíssima prática agro-eológica, os plantios sombreados, o “composto”, a roça de café orgânico. Ouvimos os “gritos” de seu Nerim – *“nosso primeiro grito foi por água! Depois, foi o grito pela terra!”* - , de dona Anísia e dos moradores mais antigos da comunidade.

Estivemos reunidos no salão da comunidade, entre bandeirinhas coloridas, resto dos festejos do santo querido, Senhor São José (se a gente soubesse, teria chegado um dia antes), dançamos e celebramos. Ouvimos; ouvimos muito, atentos, sem perder uma palavra deste palavreado mineiro, sonoro, cantado que só o Norte de Minas tem e que muito se apreze com o da Divisa (Mata Verde, Vila Bahia, Vila do Café). Discutimos também questões comuns, problemas comuns, dificuldades, sonhos, planos, “agendas” comuns, articuladas. Falamos muito em “parceria”, em “articulação”, em “estratégias articuladas”. A linguagem era a mesma; parecíamos companheiros, conhecidos, há muito tempo; gente nossa; rostos conhecidos; “parentes”

mesmo, como dizem os índios. Saímos com a certeza de que valeu a pena enfrentar quase 19 horas de ônibus, duas noites nos bancos e nos colchões no fundo do ônibus – quem já viajou com Djalma sabe o que significa isso! -, os buracos da Rio-Bahia, a lama, a estrada de chão, a ladeira perigosa que, de Novo Horizonte, desce para Salinas. Voltamos cheios de idéias; conversamos, dentro do ônibus, de planos futuros, seminários, lutas, ocupações.

Aqui, estão alguns depoimentos entre os muitos que recolhemos. São depoimentos de moradores e de lideranças desta comunidade. Relatam o passado, a chegada do eucalipto, o processo de destruição do Cerrado, os efeitos desta devastação; relatam o choque, a fuga, a cooptação, a mentira; contam a tomada de consciência, as discussões, a organização da resistência e as lutas; contam os sonhos e os planos para o futuro. O calor humano, hospitaleiro, bem “mineiro”, como os cheiros do pequi e das frutas do Cerrado, as músicas e as danças, bom, tudo isso fica gravado na gente. Não cabem aqui, neste relato escrito, e nem nas filmagens e nos retratos que, esperamos, ajudem a divulgar e fortalecer esse grito de resistência e luta camponesa que, dos Cerrados mineiros entra, agora, em terras baianas.

* *Daniel Piccoli é assessor da Equipe Rural e membro do Conselho Editorial dos Cadernos do CEAS. Do mesmo Autor, ver “Para não esquecer... leiam” (resenha). **Cadernos do CEAS**, 217: 83-88. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [danielpiccoli@uol.com.br]*